



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO – 209/2025

### I. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo apresentar os fundamentos e justificativas para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de desinsetização e desratização, pelo período de 12 (doze) meses, a serem realizados nas áreas internas e externas das seguintes unidades: unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, do Almoxarifado Central da Educação, da Sede da Secretaria Municipal de Educação, e demais Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades, periodicidade e especificações estabelecidas no Termo de Referência. A contratação se justifica pela necessidade de combate a surtos de pragas urbanas e animais peçonhentos, visando garantir salubridade, segurança e bem-estar nas dependências públicas municipais. Serão previstas quatro intervenções anuais, com possibilidade de atendimentos emergenciais, conforme demanda das Secretarias Municipais.

### II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

#### A Necessidade da Contratação; O Problema a ser resolvido; O Interesse Público na contratação:

A presente contratação visa assegurar o controle de pragas urbanas e roedores, prevenindo riscos à saúde de alunos, servidores e usuários dos serviços públicos, diante da constatação de focos recorrentes de infestação em prédios públicos.

#### Problemas identificados:

- Proliferação de insetos (baratas, formigas, aranhas, mosquitos);
- Presença de roedores (ratos e camundongos);
- Ambientes escolares e administrativos com risco sanitário elevado.

A Administração Pública não dispõe de corpo técnico qualificado, nem dos insumos ou equipamentos necessários para execução segura e eficaz deste tipo de serviço, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada.

### III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão.

### IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

- 1) Ser do ramo de atividade compatível com o objeto;
- 2) Possuir mão de obra qualificada e em número suficiente;
- 3) Estar regular perante os órgãos fiscalizadores e reguladores;
- 4) Apresentar responsável técnico habilitado e registro no CRQ;



- 5) Utilizar produtos registrados na ANVISA e aprovados pela Vigilância Sanitária;
- 6) Garantir emissão de relatórios técnicos a cada aplicação;
- 7) Executar o serviço conforme cronograma acordado, com 4 intervenções anuais;
- 8) Ter capacidade de atendimento emergencial, quando solicitado.

**V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

A estimativa de áreas a serem atendidas consta no Anexo I, com base em levantamento técnico das metragens reais de cada unidade escolar e demais prédios públicos abrangidos pela contratação.

**VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

- 1) No mercado existem fornecedores de prestação de serviços de desinsetização e desratização, além de produtos à venda, para aplicação através de equipamentos especializados, mediante aplicabilidade de um especialista, com certificado.
- 2) A escolha de contratar um serviço de desinsetização e desratização, se justifica pelo fato da referida entidade pública não dispor de servidores com especialidade ou materiais, produtos, equipamentos e certificação para executar o serviço.
- 3) Não há restrição de mercado, que limite a participação.
- 4) A decisão de realizar uma consulta pública com potenciais contratadas para coleta de informações se fundamenta em princípios de transparência, competitividade e eficiência no processo de contratação pública. Abaixo, estão algumas justificativas para essa abordagem:
  - a. **Transparência:** A realização de uma consulta pública demonstra o compromisso do órgão público com a transparência e a abertura do processo de contratação. Isso permite que todas as partes interessadas tenham acesso às mesmas informações e oportunidades, promovendo a equidade e a imparcialidade.
  - b. **Ampla participação:** Ao abrir o processo para consulta pública, mais empresas têm a oportunidade de participar e oferecer suas contribuições. Isso pode resultar em uma maior diversidade de opções e em uma seleção mais robusta de potenciais contratadas, garantindo que as necessidades do programa sejam atendidas da melhor maneira possível.
  - c. **Coleta de informações relevantes:** A consulta pública permite coletar informações valiosas sobre o mercado, as capacidades técnicas das empresas, suas experiências anteriores e suas propostas para atender às necessidades do programa. Essas informações podem ajudar na definição de requisitos, na elaboração de termos de referência e na avaliação das propostas recebidas.
  - d. **Identificação de soluções inovadoras:** Ao consultar o mercado, é possível identificar soluções inovadoras ou alternativas que podem não ter sido consideradas inicialmente. As empresas podem oferecer insights e sugestões que ajudem a aprimorar o projeto e a alcançar melhores resultados.
  - e. **Redução de riscos e custos:** Ao obter informações detalhadas sobre as capacidades e propostas das empresas, o órgão público pode tomar decisões





mais informadas, reduzindo os riscos de falhas ou atrasos no processo de contratação. Além disso, uma competição mais robusta pode resultar em melhores preços e condições contratuais para o poder público.

Portanto, a realização de uma consulta pública com potenciais contratadas é uma prática recomendada que promove a transparência, a participação e a eficiência no processo de contratação pública, contribuindo para a obtenção dos melhores resultados para o interesse público.

**VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

A estimativa de valor será realizada com base em pesquisas de preços junto ao mercado, considerando empresas especializadas do ramo, cotações oficiais e contratações similares de outros entes públicos. Os dados constam do Anexo II (planilha orçamentária). Critério de julgamento: menor preço global, por se tratar de prestação de serviços.

**VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços por meio de contrato de 12 meses, com 4 intervenções regulares anuais e possibilidade de ações emergenciais, cobrindo todas as unidades listadas. Não existem soluções alternativas viáveis, visto que os entes públicos competentes (ANVISA, FUNASA, Vigilância Sanitária) não executam diretamente o serviço.

**IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

A realização de uma licitação para um lote único pode ser justificada por diversas razões, algumas das quais incluem:

- a. **Economia de tempo e recursos:** Ao licitar um único lote, o processo de licitação se torna mais simplificado e ágil. Isso pode economizar tempo e recursos administrativos, tanto para a administração pública quanto para os licitantes.
- b. **Estimativa de mercado:** Em alguns casos, pode ser difícil prever a demanda específica por parte dos licitantes para diferentes lotes. Consolidar tudo em um único lote pode facilitar a participação e garantir uma competição mais acirrada.
- c. **Estímulo à concorrência:** Um único lote pode atrair um maior número de licitantes, incluindo empresas de diferentes tamanhos e capacidades. Isso pode aumentar a concorrência e, potencialmente, resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública.
- d. **Simplificação da gestão contratual:** Ao ter um único contratado responsável por todo o objeto da licitação, a administração pública pode simplificar a gestão do contrato, evitando coordenações complexas entre múltiplos fornecedores.



- e. **Redução de custos:** Consolidar os itens em um único lote pode resultar em economias de escala para o contratado, o que pode levar a preços mais baixos para a administração pública.
- f. **Maior eficiência na execução:** Um único contratado pode ter uma visão mais holística do projeto, facilitando a coordenação e a execução eficiente do objeto da licitação.
- g. **Viabilidade técnica:** Em alguns casos, dividir o objeto da licitação em lotes pode ser tecnicamente inviável devido à natureza do serviço ou produto a ser adquirido.

Em resumo, a realização de uma licitação para um lote único pode oferecer uma série de benefícios em termos de eficiência, concorrência, gestão contratual e redução de custos, desde que seja justificada pelas características específicas do objeto da licitação e pelas condições do mercado.

#### X. RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Além dos aspectos de economicidade e eficiência na utilização de recursos, é fundamental que esta contratação também atenda às necessidades da população necessitada de forma eficaz. Os resultados esperados incluem:

- a. **Atendimento das necessidades básicas:** Assegurar que os produtos ou serviços contratados atendam às necessidades básicas da população necessitada.
- b. **Aumento da acessibilidade:** Garantir que os produtos ou serviços sejam acessíveis à população-alvo, levando em consideração aspectos como localização, disponibilidade e custo, de modo a facilitar o acesso para aqueles que mais precisam.
- c. **Melhoria da qualidade de vida:** Buscar impactar positivamente a qualidade de vida da população beneficiada, fornecendo produtos ou serviços que contribuam para sua saúde, bem-estar e segurança.
- d. **Redução das desigualdades:** Contribuir para a redução das desigualdades sociais, econômicas e de acesso, garantindo que a contratação beneficie de maneira equitativa os grupos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade.  
**Promoção da inclusão social:** Incluir medidas que promovam a inclusão social e a participação ativa da população necessitada no processo de contratação, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisões.  
**Monitoramento e avaliação:** Implementar mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação para garantir que os resultados da contratação estejam alinhados com os objetivos de atender à população necessitada. Isso envolve o acompanhamento contínuo do impacto das ações realizadas e a adaptação das estratégias conforme necessário.

Além de buscar a economicidade e eficiência na utilização de recursos, é essencial que esta contratação também tenha como objetivo atender de forma eficaz e abrangente às





necessidades da população necessitada, contribuindo para a promoção da justiça social e o bem-estar de todos os cidadãos.

**XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Nenhuma providência precisa ser tomada antes da contratação, pode ser justificada em cenários específicos em que a administração municipal já possui todos os recursos, informações e condições necessárias para iniciar o processo de contratação de forma imediata e eficaz.

**XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Com base na análise da situação atual e das condições existentes na administração municipal, não há necessidade de realizar um levantamento adicional das ações necessárias para adequar o ambiente e garantir o sucesso da contratação. As informações sobre capacitações, aquisição de materiais, reformas ou outros ajustes podem não ser relevantes neste contexto, pois as condições existentes já são adequadas para a implementação da contratação sem a necessidade de intervenções adicionais. Portanto, não se faz necessário incluir um cronograma ou mapa de riscos relacionados a esses ajustes no processo de contratação.

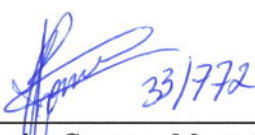
**XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Não se preveem impactos ambientais significativos, desde que os serviços sejam prestados de acordo com as boas práticas ambientais, com produtos registrados e aprovados pela ANVISA e respeitando as orientações dos órgãos ambientais competentes.

**XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Conclui-se que a presente contratação é viável e necessária, estando devidamente fundamentada nos princípios da legalidade, eficiência, segurança sanitária e interesse público, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

Rio Claro/RJ, 16 de maio de 2025.

  
Joyce Pereira Gomes – Matr.: 33/772  
Diretora de Compras da Secretaria de Educação  
Membro da Comissão Orçamentária